

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding” ou “Companhia”) é uma holding controladora da Suzano Papel e Celulose (“SPC”) que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros, operação de terminais portuários e participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento. A SPC é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

A SPC possui 7 (sete) unidades industriais no Brasil, sendo 1 (uma) na Bahia, 1 (uma) no Maranhão 1 (uma) no Pará, 1 (uma) no Ceará e 3 (três) em São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é realizada através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas e escritórios de representação localizados no exterior.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de novembro de 2018.

1.1 Principais eventos ocorridos na SPC nos nove meses findo em 30 de setembro de 2018

a) Eventos operacionais

i) Oferta de Senior Notes (“Notes 2029”)

Em 17 de setembro de 2018, a SPC emitiu no mercado internacional, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria, Senior Notes no valor de US\$ 1.0 bilhão (equivalente a R\$ 4.7 bilhões). As Notes têm vencimento em 11 anos e foram emitidas com cupom (juros) de 6,0 % ao ano, os quais serão pagos semestralmente.

Os recursos líquidos serão integralmente utilizados para propósitos corporativos em geral, incluindo o financiamento da transação com a Fibria (Nota explicativa 1.1 b) i)).

ii) Captação de recursos via NCE e CPR

Em 27 de agosto de 2018, a SPC capitou recursos nas modalidades de Nota de Crédito de Exportação (“NCE”) e Crédito Produtor Rural (“CPR”) no valor de R\$ 511.000 e R\$ 275.000, respectivamente, vencimento em agosto de 2026 e taxa de juros de 1,03% ao ano mais Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), pagos semestralmente.

Os recursos líquidos serão integralmente utilizados para financiar as exportações da SPC no caso da NCE e para financiar as atividades de custeio no caso da CPR. Para todo volume objeto desta captação, a SPC contratou o respectivo hedge ao câmbio com custo de 5,60% do dólar pré-fixado ao ano mais a variação cambial.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 31 de julho de 2018, a SPC capitou recursos na modalidade de NCE no valor de R\$ 770.600, vencimento em julho de 2026 e taxa de juros de 0,99% ao ano mais CDI, pagos semestralmente.

Os recursos líquidos serão integralmente utilizados para financiar as exportações da SPC. Para todo volume objeto desta captação, a SPC contratou o respectivo hedge ao câmbio com custo de 5,71% do dólar pré-fixado ao ano mais a variação cambial.

iii) Leilão do Porto de Itaqui (MA)

Em 27 de julho de 2018, a SPC participou do Leilão, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), para arrendamento de áreas e infraestruturas públicas para a movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. A SPC apresentou a proposta vencedora para a concessão da área de 53.545 metros quadrados no Porto do Itaqui (MA).

O projeto do novo terminal, cujo o valor está estimado pela ANTAQ em R\$ 215 milhões, representa mais uma etapa do ciclo de investimentos realizado pela SPC. A concessão inicial do local é de 25 anos.

iv) Emissão de Debêntures

Em 29 de junho de 2018, a SPC emitiu R\$ 4.681.100 em debêntures da 6ª emissão, série única, não conversíveis em ações, com vencimento em junho de 2026 com taxa de juros de 112,50% do CDI.

Os recursos líquidos serão integralmente utilizados para pagamento da parcela em dinheiro da aquisição da totalidade das ações ordinárias da Fibria (Nota explicativa 1.1 b) i)). Para todo volume objeto desta emissão, a SPC contratou o respectivo hedge ao câmbio com custo de 5,74% do dólar pré-fixado ao ano.

v) Greve dos Caminhoneiros

Em maio de 2018, uma greve geral de caminhoneiros em todo o Brasil interrompeu o transporte de mercadorias e produtos em todo o país por alguns dias, o que resultou na escassez de combustível e outros produtos, causando uma suspensão temporária da produção na maioria das indústrias. Apesar dos esforços para minimizar o impacto adverso da greve, as operações de produção da SPC foram suspensas por alguns dias, resultando em uma perda de volume de produção de aproximadamente 80.000 toneladas de celulose e aproximadamente 25.000 toneladas de papel. A partir de 1º de junho de 2018, as operações nas fábricas da SPC foram gradualmente retomadas.

vi) Aquisição de terras e florestas no Estado de São Paulo

Em 5 de fevereiro de 2018, a SPC celebrou Contrato de Compra de Ativos Florestais, Compra de Propriedades Rurais, Opção de Compra e Outras Avenças, com condições precedentes, com a Duratex S.A. ("Duratex"), por suas filiais, dos seguintes ativos:

(i) cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e 1.200.000 m³ (um milhão e duzentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implantadas nas áreas adquiridas pelo preço de R\$ 308.100; e

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(ii) opção de compra para aquisição de aproximadamente 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais na mesma região e 5.600.000 m³ (cinco milhões e seiscentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implementas pelo preço de R\$ 749.300, opção esta que foi exercida pela SPC em 2 de julho de 2018 e a aquisição dessas áreas rurais e florestas concluída em 31 de agosto de 2018.

Em 4 de abril de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou sem restrições, esta transação.

O montante de R\$ 532.450 foi pago nas respectivas datas de fechamento das tranches e o saldo remanescente de R\$ 527.819, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), será pago nos respectivos vencimentos em até 12 meses (Nota explicativa 25).

vii) Operação financeira de pré-pagamento de exportação

Em 8 de fevereiro de 2018, a SPC contratou, por meio de sua subsidiária integral Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europa"), uma linha de pré-pagamento de exportação, estruturada na forma sindicalizada, no valor de US\$ 750 milhões, com prazo total de 5 anos, e 3 anos de carência, tendo a SPC e a Suzano Trading Ltd. ("Suzano Trading"), também subsidiária da SPC, garantidoras da operação.

Os recursos obtidos foram utilizados para a liquidação da operação financeira de pré-pagamento de exportação contratada em 14 de maio de 2015 no valor de US\$ 600 milhões, (equivalente à R\$ 1.081 milhão) bem como para o financiamento de operações de exportação.

A nova operação traz a redução do custo em dólares, o alongamento do prazo médio da dívida, além de eliminar os *covenants* financeiros. O custo da linha original era de Libor + 1,75% e da nova linha é de Libor + 1,35%.

b) Eventos societários

i) Compromisso de Voto e assunção de obrigações

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Companhia, em conjunto com os demais acionistas controladores da SPC (em conjunto, os "Acionistas Controladores da SPC"), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. ("Fibria" e, em conjunto com a SPC, as "Companhias"), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), com interveniência e anuência da SPC, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da SPC e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da SPC e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.

Foi submetido aos acionistas das Companhias uma reorganização societária que resultará: (a) na titularidade, pela SPC, da totalidade das ações de emissão da Fibria; e (b) no recebimento pelos acionistas da Fibria, para cada ação ordinária de emissão da Fibria, de (i) R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 15 de março de 2018 até a data do seu efetivo pagamento, a ser realizado em uma única parcela na data da consumação da operação e (ii) 0,4611 ação ordinária de emissão da SPC, a ser entregue também na data da consumação da operação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os acionistas da Fibria detentores de American Depositary Shares (“ADSs”) farão jus ao recebimento de ADSs da SPC, observada a mesma relação de troca. Para tanto, a SPC tomará as providências para obter (i) o registro da operação junto a Securities and Exchange Commission nos Estados Unidos e (ii) a listagem de ADSs da SPC no mesmo segmento de listagem junto a bolsa de valores de Nova Iorque em que atualmente se encontram listados os ADSs de emissão da Fibria.

Uma vez consumada a operação, as ações e os ADSs de emissão da Fibria deixarão de ser negociados na B3 S.A. e na Bolsa de Valores de Nova Iorque, respectivamente.

Nos termos do Compromisso de Voto, na hipótese de eventuais restrições impostas por autoridades concorrenciais no Brasil e/ou no exterior virem a ser excessivamente onerosas, a SPC poderá não consumir a operação, mediante o pagamento pela SPC à Fibria de um break-up fee equivalente a R\$ 750 milhões. O break-up fee pode incidir em determinadas outras condições de não consumação da operação, conforme expressamente previstas no Compromisso de Voto.

No âmbito da operação e com eficácia condicionada à sua consumação, os Acionistas Controladores da SPC celebraram, em 15 de março de 2018, o Acordo de Voto e Outras Avenças com o BNDES (“Acordo de Voto BNDESPAR”), a fim de, uma vez implementada a operação, regular determinados compromissos de governança, certas políticas financeiras e ambientais da SPC e restringir a transferência das ações de emissão da SPC de titularidade dos Acionistas Controladores da SPC.

A SPC obteve compromissos firmes junto a certas instituições financeiras internacionais para contratação de financiamentos, totalizando US\$ 4.5 bilhões, após reduções do montante inicialmente contratado, cujo desembolso está condicionado, dentre outras condições, à consumação da operação. Os recursos de tais financiamentos serão destinados ao financiamento de parte da parcela em dinheiro e de exportações combinadas das companhias.

ii) Aprovações da transação

Em 1º de junho de 2018, a SPC recebeu a notificação da Federal Trade Commission, autoridade concursal nos Estados Unidos, concedendo a conclusão antecipada da análise da operação entre SPC e Fibria, o que representa a autorização da operação sem restrições nos Estados Unidos da América.

Em 26 de julho de 2018, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da SPC, dentre outras matérias, aprovaram a celebração do Protocolo e Justificação entre a SPC, a Fibria Celulose S.A., e a Eucalipto Holding S.A., o qual estabelece os termos e condições da reorganização societária que permitirá a combinação das operações e bases acionárias da SPC e da Fibria, objeto do Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações celebrado em 15 de março de 2018 e divulgado por meio do Fato Relevante da SPC de 16 de março de 2018 (Nota explicativa 1.1 b) i)).

Em 8 de agosto de 2018, foi obtida a declaração de eficiência pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (“SEC”) do formulário de registro (registration statement) protocolado pela SPC junto à SEC.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 31 de agosto de 2018, a SPC recebeu a notificação da State of Administration for Market Regulation (SAMR), autoridade concorrencial na China, aprovando a operação entre SPC e Fibria sem restrições.

Em 6 de setembro de 2018, a SPC recebeu a notificação da autoridade de concorrência turca, aprovando a operação entre SPC e Fibria sem restrições na Turquia.

Em 13 de setembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foram aprovadas todas as matérias relacionadas à reorganização societária com vistas a combinação das operações e base acionária das Companhias.

Em 11 de outubro de 2018, foi publicada no site eletrônico do CADE, decisão aprovando sem restrições o ato de concentração envolvendo a operação entre SPC e Fibria. (Nota explicativa 33 i)).

A consumação da operação ainda está sujeita a condições usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação pela autoridade da concorrência na União Européia.

iii) Aquisição de empresa no segmento de *Tissue* (Facepa)

Em 19 de janeiro de 2018, o CADE aprovou sem restrições a compra de cerca de 92,84% do capital social total da Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A. ("Facepa") pela SPC.

Em 1º de março de 2018, uma vez que foram implementadas as condições precedentes e todas as aprovações obtidas junto às autoridades governamentais competentes, foi concluída, a aquisição, direta e indireta, de, aproximadamente, 92,84% do capital social total e 99,99% do capital social ordinário da Facepa. A SPC adquiriu 100% do controle da AGFA – Comércio, Administração e Participações Ltda. ("AGFA") que detém 28,8% de participação da Facepa, e adquiriu 64,0% de forma direta dos controladores da Facepa, totalizando assim os 92,8%. A AGFA é uma empresa que não tem operação comercial e tem registrado em seu balanço patrimonial, basicamente, o investimento na Facepa.

Com a aquisição, além das unidades da Facepa, em Belém (PA) e Fortaleza (CE), a SPC já opera fábricas próprias de papéis sanitários em Mucuri (BA) e em Imperatriz (MA).

O montante pago por essa aquisição foi de R\$ 267.876 realizado na data de conclusão da aquisição e uma parcela contingente no valor de R\$ 40.000, que está condicionada à não materialização de perdas indenizáveis pelos vendedores, totalizando o valor da aquisição em R\$ 307.876.

iv) Aquisição de empresa no segmento de energia (PCH Mucuri)

Em 19 de fevereiro de 2018, uma vez que foram implementadas as condições precedentes e obtida as aprovações das autoridades governamentais competentes, foi concluída a operação de aquisição da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri" ou "PCH"), que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão no Estado de Minas Gerais.

O montante total pago foi de R\$ 48.028.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações intermediárias consolidadas condensadas

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas condensadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*.

As informações intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para certos ativos e passivos financeiros e ativos biológicos, que são mensurados ao seu valor justo.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

2.1.1 Informações intermediárias consolidadas

As informações intermediárias consolidadas condensadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes, exceto para a controlada indireta Futuragene PLC, cuja data-base é 31 de agosto de 2018, mas não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. No caso de controle compartilhado (joint venture) com outras empresas, estes investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial tanto nas informações intermediárias individuais quanto nas informações intermediárias consolidadas.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As empresas incluídas nas informações intermediárias consolidadas da Companhia são:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Investida	Tipo de participação	Participação no capital (%)	
		30/9/2018	31/12/2017
Suzano Papel e Celulose S.A.	Direta	33,6%	33,6%
AGFA - Comércio, Administração e Participações Ltda. ("AGFA") (a)	Direta	100,0%	-
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda ("Asapir")	Controle conjunto	50,0%	50,0%
CMN Solutions A097 Participações S.A. ("CMN")	Direta	100,0%	-
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda ("Paineiras")	Direta	100,0%	100,0%
Eucalipto Holding S.A. ("Eucalipto")	Direta	100,0%	-
Facepa - Fábrica de papel da Amazônia S.A. ("Facepa") (a)	Direta/Indireta	92,8%	-
FuturaGene Ltd ("Futuragene")	Indireta	100,0%	100,0%
Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri") (b)	Direta	100,0%	-
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda ("Ondurman")	Direta	100,0%	100,0%
Paineiras Logística e Transporte Ltda ("Paineiras Logística")	Direta	100,0%	100,0%
Stenfar S.A. Indll. Coml. Imp. Y. Exp. ("Stenfar")	Direta/Indireta	100,0%	100,0%
Sun Paper and Board Limited ("Sun Paper")	Direta	100,0%	100,0%
Suzano Áustria GmbH ("Suzano Áustria")	Direta	100,0%	100,0%
Suzano Luxembourg ("Suzano Luxemburgo")	Direta	100,0%	-
Suzano Pulp and Paper America Inc ("Suzano América")	Direta	100,0%	100,0%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europa")	Direta	100,0%	100,0%
Suzano Trading Ltd ("Suzano Trading")	Direta	100,0%	100,0%
Premesa S.A.	Direta	99,2%	99,2%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Direta	83,3%	83,3%

(a) Vide nota explicativa 1.1 b) iii).

(b) Vide nota explicativa 1.1 b) iv).

2.2 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidada, como parte integrante das informações intermediárias, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das informações intermediárias.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações intermediárias de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a controlada atua (a "moeda funcional").

As informações intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A moeda funcional utilizada na conversão das informações intermediárias das controladas indiretas no exterior está apresentada abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Controlada	País sede	Moeda funcional
Suzano Trading	Ilhas Cayman	Dólar Americano
Suzano Luxemburgo	Luxemburgo	
Suzano América	Estados Unidos	
Suzano Áustria	Áustria	
FuturaGene	Inglaterra	Libra Esterlina
Sun Paper		
Suzano Europa	Suíça	Franco Suíço
Stenfar	Argentina	Peso

2.4 Reapresentação das cifras comparativas

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para melhor apresentação e comparação com as informações do período findo em 30 de setembro de 2018. As reclassificações entre rubricas do Ativo Circulante não alteraram o total deste grupo e também não alteram o total do Ativo. As reclassificações foram:

- i) De Adiantamento a fornecedores para compra de serviços e materiais que estavam apresentados na rubrica de Estoques, no montante de R\$ 23.394, no Consolidado, para a rubrica de Adiantamento a Fornecedores;
- ii) De Outras Contas a Receber o montante de R\$ 12.870, no Consolidado, relativo a adiantamentos para aquisição de madeira para Adiantamento a Fornecedores;
- iii) Na demonstração do fluxo de caixa, houve reclassificações entre as atividades operacionais e atividades de financiamentos sendo: (a) Compromissos com aquisição de ativos, nos montantes de R\$ 58.483 e R\$ 110.348 no Consolidado.

3. Principais Práticas Contábeis

As informações intermediárias foram preparadas com práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018, como descrito abaixo. Porém, mesmo com a aplicação, não houve impacto material nas informações intermediárias, conforme já mencionado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Estas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras anuais.

3.1 Novas práticas contábeis adotadas

3.1.1 Instrumentos Financeiros – IFRS 9

O IFRS 9 substitui as disposições do IAS 39 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros,

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas optaram pelo método de transição modificado cujos valores comparativos não foram corrigidos.

A adoção da IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018 resultou em alterações nas políticas contábeis, no entanto, considerando a avaliação efetuada pela Companhia e suas controladas, não houve impacto material ou ajustes em 1º de janeiro de 2018 devido à nova norma.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado e (b) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

(a) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os saldos de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

(ii) Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas revisaram sua metodologia de redução do valor contábil de acordo com o IFRS 9. Em 1º de janeiro de 2018, a Companhia e suas controladas passaram a adotar a IFRS 9 para mensurar as perdas esperadas de crédito que utilizam uma provisão para perdas esperadas para todas as contas a receber. O impacto total da mudança na metodologia de impairment em 1 de janeiro de 2018 não foi significativo.

3.1.2 Reconhecimento de receita - IFRS 15

A Companhia e suas controladas adotaram a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis, optando pelo método de transição modificado, cujos números comparativos não foram rerepresentados.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes a partir dos quais o controle dos produtos são transferidos aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso de produtos e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos produtos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A confirmação da transação é baseada nos parâmetros fornecidos pelos *Incoterms* (Termos Comerciais Internacionais) correspondentes e na confirmação de crédito para a conclusão da transação. A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente (que é quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço).

a) Venda de produtos

O reconhecimento da receita das vendas domésticas e de exportação de celulose e papel baseia-se nos seguintes princípios:

(i) Mercado interno - as vendas são feitas principalmente a crédito. A receita é reconhecida quando o cliente recebe o produto, seja nas instalações da transportadora ou em suas próprias instalações, pelo qual os benefícios de propriedade são transferidos e a obrigação de desempenho é satisfeita.

(ii) Mercado de exportação - os pedidos de exportação são normalmente atendidos por armazéns de terceiros localizados perto de mercados estratégicos; as vendas são principalmente feitas a crédito. A receita é reconhecida de acordo com os parâmetros do *Incoterm* utilizado.

3.2 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas/interpretações contábil pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais ainda não estão vigentes e a Companhia e suas controladas não as adotaram de forma antecipada para a preparação destas informações intermediárias.

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas/interpretações:

i) IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil: Substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter tratamento contábil similar, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de terras utilizadas para formação de florestas de eucalipto, com prazos de vigência de até 3 ciclos de formação florestal, em torno de 21 anos (Nota explicativa 19.4), porém até o fechamento destas informações intermediárias, a Companhia e suas controladas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ainda estavam em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento bem como do critério de transição a adotar para implantação dessa Norma.

ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção na nova norma em suas demonstrações financeiras.

4. Instrumentos financeiros

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

a. Visão geral

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, não houve alteração relevante nas políticas e procedimentos para gestão de riscos financeiros em relação aquelas divulgadas na Nota explicativa 4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros.

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos períodos do Consolidado, e apresentados na Nota explicativa 27.

b. Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações intermediárias da Companhia e suas controladas e apresentadas abaixo. Como resultado da adoção do IFRS 9, não houve alteração relevante de metodologia de mensuração de instrumentos financeiros aplicadas com relação ao último exercício.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	6	11.264.567	1.631.505	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.3	642.119	133.910	-	-
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.743.538	1.120.012	33.480	38.494
Contas a receber de clientes	7	2.761.578	2.304.209	-	-
		16.411.802	5.189.636	33.480	38.494
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	18	647.598	610.476	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	19.073.674	12.192.213	-	357
Debêntures	21	4.745.060	-	-	-
Contas a pagar de aquisição de ativos	25	1.148.130	585.986	-	-
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	3.221.594	127.896	-	-
		28.836.056	13.516.571	-	357

c. Valor justo versus valor contábil

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros, ao custo amortizado, em aberto está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/9/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.743.538	1.743.538	1.120.012	1.120.012
Aplicações financeiras	11.264.567	11.264.567	1.631.505	1.631.505
Contas a receber de clientes	2.761.578	2.761.578	2.304.209	2.304.209
Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)	642.119	642.119	133.910	133.910
	<u>16.411.802</u>	<u>16.411.802</u>	<u>5.189.636</u>	<u>5.189.636</u>
Passivo				
Fornecedores	647.598	647.598	610.476	610.476
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	19.073.674	21.037.765	12.192.213	13.755.723
Debêntures	4.745.060	5.101.190	-	-
Contas a pagar com aquisição de ativos (circulante e não circulante)	1.148.130	1.092.417	585.986	564.292
Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)	3.221.594	3.221.594	127.896	127.896
	<u>28.836.056</u>	<u>31.100.564</u>	<u>13.516.571</u>	<u>15.058.387</u>

4.2 Risco de liquidez

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores abaixo são os fluxos de caixa, não estão descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	30/9/2018					
	Valor contábil total	Valor futuro total	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	647.598	647.598	647.598	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	19.073.674	29.422.939	2.602.265	2.340.904	8.376.679	16.103.091
Debêntures	4.745.060	9.207.621	374.561	511.167	1.954.456	6.367.437
Contas a pagar com aquisição de ativos	1.148.130	1.291.999	653.520	103.135	327.363	207.981
Instrumentos financeiros derivativos	3.221.594	3.645.253	2.172.780	647.649	576.860	247.964
Outras contas a pagar	330.860	330.860	303.967	26.893	-	-
	29.166.916	44.546.270	6.754.691	3.629.748	11.235.358	22.926.473

Consolidado	31/12/2017					
	Valor contábil total	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	610.476	610.476	610.476	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	12.191.856	15.897.299	2.704.902	2.686.542	4.930.467	5.575.388
Contas a pagar com aquisição de ativos	585.986	713.723	95.284	9.698	187.686	421.055
Instrumentos financeiros derivativos	127.896	97.412	24.092	63.971	9.349	-
Outras contas a pagar	293.193	293.193	280.437	12.756	-	-
	13.809.407	17.612.103	3.715.191	2.772.967	5.127.502	5.996.443

4.3 Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representa a exposição ao risco de crédito na data das informações intermediárias está apresentado a seguir:

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.743.538	1.120.012	33.480	38.494
Aplicações financeiras	6	11.264.567	1.631.505	-	-
Contas a receber de clientes	7	2.761.578	2.304.209	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		642.119	133.910	-	-
		16.411.802	5.189.636	33.480	38.494

As Contrapartes, principalmente instituições financeiras com as quais a Companhia e suas controladas realizam transações classificadas como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos a receber tem a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. A classificação de risco está apresentada a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Classificação de risco (a)	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
AAA	7.629.541	2.211.990	328.744	65.510
AA+	5.128.778	169.881	299.775	51.231
AA	64.371	207.925	-	3.143
AA-	137.225	113.623	13.600	14.026
A	47.137	45.753	-	-
A-	1.051	2.330	-	-
BB	2	15	-	-
	13.008.105	2.751.517	642.119	133.910

(a) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências avaliadoras *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

A classificação de risco do contas a receber de clientes da SPC é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/9/2018	31/12/2017
Baixo Risco (a)	2.716.004	2.268.675
Médio Risco (b)	24.371	21.016
Alto Risco (c)	58.681	52.859
	2.799.056	2.342.550

(a) Não vencido e em atraso até 30 dias

(b) Em atraso entre 30 e 90 dias

(c) Em atraso acima de 90 dias e renegociado com cliente ou com garantias reais

Os montantes não consideram o valor de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") nos montantes de R\$ 37.478 e R\$ 38.740 em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

4.4 Riscos de mercado

4.4.1. Risco de taxas de câmbio

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira a qual é substancialmente em dólares americanos está demonstrada a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado	
	30/9/2018	31/12/2017
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.307.774	585.541
Contas a receber de clientes	1.952.066	1.544.749
Instrumentos financeiros derivativos	636.600	133.910
	3.896.440	2.264.200
Passivos		
Fornecedores	(101.690)	(36.018)
Empréstimos e financiamentos	(14.180.594)	(8.616.807)
Contas a pagar de aquisição de ativos	(337.943)	(332.193)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.208.211)	(126.781)
	(17.828.438)	(9.111.799)
Exposição passiva líquida	(13.931.998)	(6.847.599)

Análise de sensibilidade – exposição cambial

Para a análise de risco do mercado, a Companhia e suas controladas utilizam cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial.

Os demais cenários foram criados considerando a depreciação do Real em relação ao Dólar Americano em 25% e 50%.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes, a tabela a seguir apresenta os possíveis impactos nos resultados, assumindo estes cenários:

Consolidado	30/9/2018		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.307.774	326.944	653.887
Contas a receber de clientes	1.952.066	488.017	976.033
Fornecedores	(101.690)	(25.422)	(50.845)
Empréstimos e financiamentos	(14.180.594)	(3.545.149)	(7.090.297)
Contas a pagar de aquisição de ativos	(337.943)	(84.486)	(168.971)
Derivativos <i>Non Deliverable Forward</i> ("NDF") ^(a)	(693.529)	(2.903.544)	(5.807.089)
Derivativos <i>swaps</i> ^(a)	(1.072.653)	(2.396.414)	(4.814.731)
Derivativos opções ^(a)	(805.429)	(2.949.900)	(6.210.908)
	(13.931.998)	(11.089.953)	(22.512.921)

(a) Para os valores nominais dos derivativos, vide Nota 4.5.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.4.2. Risco de taxas de juros

Flutuações nas taxas de juros podem resultar em aumento ou redução dos custos sobre novos financiamentos e operações já contratadas.

A SPC, por sua vez, busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros com o objetivo de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

Para a análise de risco de mercado, a SPC utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas: CDI, a Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP), a Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e London Interbank Offered Rate (LIBOR) podem gerar no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários foram desenvolvidos considerando a valorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos nos resultados:

Consolidado	30/9/2018		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
CDI			
Caixa e equivalentes de caixa	397.988	6.607	13.316
Aplicações financeiras	9.239.424	153.380	309.142
Empréstimos e financiamentos	(4.253.649)	(341.375)	(413.085)
Debêntures	(4.745.060)	(380.813)	(460.808)
Derivativos <i>swaps</i>	(1.072.652)	949.578	1.867.252
Derivativos opções	(805.429)	(155.860)	(282.602)
	<u>(1.239.378)</u>	<u>231.517</u>	<u>1.033.215</u>
Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”)			
Aplicações financeiras	2.025.143	33.618	67.759
	<u>2.025.143</u>	<u>33.618</u>	<u>67.759</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	(216.461)	(3.653)	(7.306)
	<u>(216.461)</u>	<u>(3.653)</u>	<u>(7.306)</u>
Libor			
Empréstimos e financiamentos	(4.378.718)	(24.740)	(49.480)
Derivativos <i>swaps</i>	(7.865)	288.702	569.456
	<u>(4.386.583)</u>	<u>263.962</u>	<u>519.976</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A SPC determina o valor justo dos contratos de derivativos e reconhece que esses valores podem diferir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada.

Os valores reportados pela SPC baseiam-se em uma estimativa e utilizam dados fornecidos por terceiros, calculado por consultoria externa, os quais são revisados pela Administração.

a) Derivativos em aberto por tipo de contrato

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as posições consolidadas de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	Nocional em US\$		Valor justo	
	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	2.265.000	1.485.000	(375.455)	25.822
NDF (R\$ x US\$)	50.000	-	(4.087)	-
Swap Fixed (US\$) x CDI	-	50.000	-	5.356
Swap CDI x Fixed (US\$)	-	50.000	-	(2.485)
Subtotal	2.315.000	1.585.000	(379.542)	28.693
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	801.772	291.725	(541.402)	(21.562)
Subtotal	801.772	291.725	(541.402)	(21.562)
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	763.492	19.841	(2.647)	(1.117)
Subtotal	763.492	19.841	(2.647)	(1.117)
Fluxo de caixa - total derivativos	3.880.264	1.896.566	(923.591)	6.014
Operação Fibria				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	1.300.000	-	(429.975)	-
NDF (R\$ x US\$)	2.900.000	-	(689.441)	-
Subtotal	4.200.000	-	(1.119.416)	-
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	1.650.000	-	(531.251)	-
Subtotal	1.650.000	-	(531.251)	-
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	2.000.000	-	(5.217)	-
Subtotal	2.000.000	-	(5.217)	-
Operação Fibria - total derivativos	7.850.000	-	(1.655.884)	-
Total em derivativos	11.730.264	1.896.566	(2.579.475)	6.014
Ativo circulante			512.861	77.090
Ativo não circulante			129.258	56.820
Passivo circulante			(1.944.042)	(23.819)
Passivo não circulante			(1.277.552)	(104.077)
			(2.579.475)	6.014

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O valor justo não representa uma obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito ocorrerá apenas nas datas de cumprimento contratual ou no vencimento de cada transação, quando o resultado será determinado, dependendo do caso e das condições de mercado nas datas acordadas.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2018, são operações de balcão, sem qualquer margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada imposta devido as variações de marcação a mercado.

Conforme mencionado na Nota explicativa 1.1 b) i) relacionada à transação de reorganização societária com a Fibria, a SPC obteve compromissos firmes junto a certas instituições financeiras internacionais para contratação de financiamentos, totalizando US\$ 4.5 bilhões, cujo desembolso está condicionado, dentre outras condições, à consumação da operação. Os recursos de tais financiamentos da SPC serão destinados a liquidação de parte da parcela em dinheiro desta transação determinada em Reais-R\$. Para mitigar o risco cambial entre a origem dos recursos em Dólar e o compromisso em Reais, a SPC aumentou a posição de uso dos derivativos de hedge cambial no período.

Como a transação dessa aquisição é geralmente precificada em dólares e a linha de crédito obtida também é em dólares, a estratégia de gestão era proteger a contraprestação a ser paga em dólares, celebrando contratos de derivativos.

b) Valor justo por cronograma de vencimentos

O cronograma de vencimentos dos derivativos está demonstrado a seguir:

Vencimentos de derivativos	Valor justo líquido	
	30/9/2018	31/12/2017
2018	(20.171)	53.270
2019	(1.453.611)	(16.064)
2020	(221.378)	(31.192)
2021	228.579	-
2022	190.561	-
2023	142.488	-
2024	117.099	-
2025	(740.186)	-
2026	(822.856)	-
	<u>(2.579.475)</u>	<u>6.014</u>

c) Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as posições consolidadas de derivativos em aberto são apresentadas a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Valor nominal		Valor justo	
Consolidado	Moeda	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	8.888.288	950.000	138.199	22.525
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.763.492	19.841	5.519	65.517
Subtotal				143.718	88.042
Passivos					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	2.451.772	291.725	(1.210.852)	(44.087)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	2.763.492	19.841	(13.383)	(66.634)
Subtotal				(1.224.235)	(110.721)
Total de contratos de swap				(1.080.517)	(22.679)
Fluxo de caixa					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	3.565.000	1.485.000	(805.429)	25.822
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$	-	50.000	-	5.356
NDF (R\$ x US\$)	US\$	2.950.000	-	(693.529)	-
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	-	50.000	-	(2.485)
Subtotal				(1.498.958)	28.693
Total em derivativos				(2.579.475)	6.014

d) Derivativos liquidados

No período findo em 30 de setembro de 2018 e 2017, as posições consolidadas dos derivativos liquidados foram as seguintes:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	Valores de liquidação			
	3T18	9M18	3T17	9M17
Fluxo de caixa				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	(8.472)	1.693	665	665
NDF (R\$ x US\$)	(998.139)	(998.139)	-	11.110
NDF (MXN x US\$)	-	-	-	39
Subtotal	(1.006.611)	(996.446)	665	11.814
Hedge de Commodities				
Bunker (petróleo)	-	-	-	2.631
Subtotal	-	-	-	2.631
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	(705)	(6.387)	-	49.588
Swap Fixed (US\$) x CDI	-	-	-	(8.809)
Subtotal	(705)	(6.387)	-	40.779
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	-	(615)	-	(1.544)
Swap Cupom x Fixed (US\$)	-	-	-	15.824
Subtotal	-	(615)	-	14.280
Total de derivativos ^(a)	(1.007.316)	(1.003.448)	665	69.504

(a) No período findo em 30 de setembro de 2018 e de 2017, houve recebimento de R\$ 259.602 e R\$ 77.700, respectivamente, referente a posições vendidas de opções não vencidas, portanto não apresentada no quadro acima.

4.6 Gestão do capital

O principal objetivo da administração na gestão de capital da SPC é assegurar e manter um rating de crédito sólido, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A SPC monitora constantemente indicadores significativos, tais como:

i) índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("LAJIDA") ajustado, equivalente ao termo em inglês EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ; e

ii) gestão de covenants financeiros contratuais, mantendo margem de segurança para não exceder esses covenants. A Administração prioriza novos empréstimos denominados na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, a fim de obter um hedge natural no longo prazo para seu fluxo de caixa. A SPC administra sua estrutura de capital e faz ajustes com base nas mudanças nas condições econômicas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	19.073.674	12.192.213	-	357
Debêntures	4.745.060	-	-	-
(-) Caixa e aplicações financeiras	(13.008.105)	(2.751.517)	(33.480)	(38.494)
Dívida líquida	10.810.629	9.440.696	(33.480)	(38.137)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	3.605.707	3.940.242	3.605.707	3.940.242
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	7.073.880	7.689.516	-	-
Patrimônio líquido e dívida líquida	21.490.216	21.070.454	3.572.227	3.902.105

4.7 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros e outras informações intermediárias avaliadas ao valor justo são apresentadas de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Dados diferentes dos preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivado dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para ativos ou passivos, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30/9/2018				
Consolidado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Aplicações Financeiras	11.264.567	4.612.652	6.651.915	-
Instrumentos financeiros derivativos	642.119	-	642.119	-
Ativo biológico ^(a)	5.002.922	-	-	5.002.922
	<u>16.909.608</u>	<u>4.612.652</u>	<u>7.294.034</u>	<u>5.002.922</u>
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	3.221.594	-	3.221.594	-
	<u>3.221.594</u>	<u>-</u>	<u>3.221.594</u>	<u>-</u>
31/12/2017				
Consolidado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.631.505	-	1.631.505	-
Instrumentos financeiros derivativos	133.910	-	133.910	-
Ativo biológico ^(a)	4.548.897	-	-	4.548.897
	<u>6.314.312</u>	<u>-</u>	<u>1.765.415</u>	<u>4.548.897</u>
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	127.896	-	127.896	-
	<u>127.896</u>	<u>-</u>	<u>127.896</u>	<u>-</u>

^(a) A movimentação do valor justo dos ativos biológicos está demonstrada na Nota explicativa 13.

4.8 Garantias

A SPC tem como garantia cartas de crédito e apólices de seguro de crédito.

Em 30 de setembro de 2018 as operações consolidadas de contas a receber indexadas a exportações somam US\$ 476 milhões, equivalente a R\$ 1.909.840 (31 de dezembro de 2017, era de US\$ 429 milhões equivalente a R\$ 1.421.446).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Caixa e bancos				
No Brasil	30.458	19.166	15	17
No Exterior	1.307.774	583.604	-	-
	1.338.232	602.770	15	17
Aplicações financeiras				
No Brasil	405.306	515.305	33.465	38.477
No Exterior	-	1.937	-	-
	405.306	517.242	33.465	38.477
	1.743.538	1.120.012	33.480	38.494

As aplicações financeiras em moeda local são de baixo risco e liquidez imediata, e correspondem a aplicações indexadas pelo CDI. Em 30 de setembro de 2018, as taxas de juros das aplicações financeiras variaram entre 92% a 104% do índice CDI (31 de dezembro de 2017, as taxas variaram entre 94% a 110% do índice CDI).

6. Aplicações financeiras – consolidado

	30/9/2018	31/12/2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação		
Fundo de Investimento (a)	4.612.652	1.593.066
Certificado de depósitos bancários ("CDB") (b)	4.626.772	38.439
Títulos do governo (c)	2.025.143	-
	11.264.567	1.631.505

(a) Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa entre 73,32% e 100,84% do CDI em 30 de setembro de 2018. As carteiras de investimento são monitoradas com frequência pela SPC, com o objetivo de verificar o cumprimento da política de investimento, que busca baixo risco e alta liquidez dos títulos. A classificação do risco desses ativos é apresentada na Nota explicativa 4.3.

(b) Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") foram remunerados em média a 102,06% do CDI em 30 de setembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 era de 102,48%).

(c) Os títulos do Governo são investimentos em Letra Financeira do Tesouro ("LFT") remunerados a taxa de 100% da Selic.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes – consolidado

7.1 Composição dos saldos

	30/9/2018	31/12/2017
Cientes no País		
- Terceiros	776.328	741.957
- Fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC") (a)	21.873	25.825
- Partes relacionadas (b)	48.660	28.652
Cientes no Exterior		
- Terceiros	1.952.195	1.546.515
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(37.478)	(38.740)
	2.761.578	2.304.209
Parcela classificada no ativo circulante	2.761.578	2.304.006
Parcela classificada no ativo não circulante	-	203

(a) Em 2017, a SPC criou o FIDC, que é um veículo com o objetivo de adquirir direitos creditórios originados das vendas realizadas pela SPC facilitando o crédito com determinados clientes. O FIDC é um fundo de investimento que adquire recebíveis e títulos representativos de direitos creditórios. O FIDC tem prazo de dois anos com renovação de direitos sob certas condições. A SPC tem uma coobrigação e mantém um risco de crédito substancial, de forma que a SPC registrou um contas a receber de R\$ 21.873 e um passivo de R\$ 21.384, líquido dos custos de transação (Nota explicativa 19). (31 de dezembro de 2017, os montantes eram de R\$ 25.825 e R\$ 24.665, respectivamente).

(b) Vide Nota explicativa 11.

7.2 Títulos vencidos

	30/9/2018	31/12/2017
Valores vencidos:		
Vencidos até 30 dias	88.794	67.259
Vencidos entre 31 e 60 dias	19.537	16.068
Vencidos entre 61 e 90 dias	4.834	3.951
Vencidos entre 91 e 120 dias	3.335	2.833
Vencidos entre 121 e 180 dias	5.724	9.427
Acima de 180 dias	49.622	40.031
	171.846	139.569
% total de recebíveis vencidos	6%	6%

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7.3 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	3T18	9M18	3T17	9M17
Saldos no início do período	(38.602)	(38.740)	(26.989)	(35.603)
Créditos provisionados no período	(2.767)	(11.315)	(29.774)	(40.663)
Créditos recuperados no período	1.256	4.882	2.666	4.946
Créditos baixados definitivamente da posição	2.589	7.851	11.268	28.491
Variação cambial	46	(156)	24	24
Saldos no final do período	(37.478)	(37.478)	(42.805)	(42.805)

A SPC mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e garantias. Parte dessas garantias equivalem a necessidade de reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito (Nota explicativa 4.3).

8. Estoques – consolidado

	30/9/2018	31/12/2017
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	176.774	81.829
No exterior	238.443	198.380
Papel		
No Brasil	233.480	196.944
No exterior	67.007	67.146
Bens de consumo no Brasil	21.659	6.376
Produtos em elaboração	69.493	63.797
Matérias-primas	513.565	388.383
Materiais de almoxarifado e outros	225.164	180.712
	1.545.585	1.183.567

Em 30 de setembro de 2018, os estoques estavam líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$ 31.055 (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 51.911).

8.1 Movimentação da perda estimada

	3T18	9M18	3T17	9M17
Saldo no início do período	(40.447)	(51.911)	(27.957)	(28.206)
Perda estimada	(4.240)	(8.111)	(10.410)	(10.422)
Reversão de perda estimada	3.193	4.588	471	471
Baixa	10.439	24.379	-	261
Saldo no final do período	(31.055)	(31.055)	(37.896)	(37.896)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As adições e reversões de perdas estimadas e baixas diretas são reconhecidas no resultado na rubrica de custo do produto.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, baixas adicionais foram realizadas diretamente no resultado no montante de R\$ 19.616 no consolidado. (30 de setembro de 2017 eram de R\$ 3.417 no consolidado).

Nenhum item de estoque foi dado como garantia ou garantia de passivos para os períodos apresentados.

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	53.225	59.315	902	426
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado (a)	56.637	58.767	-	-
PIS/COFINS - outras operações	38.936	55.528	21	13
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (b)	73.761	71.603	-	-
ICMS - outras operações (c)	222.426	280.384	-	-
Programa Reintegra (d)	49.148	71.376	-	-
Outros impostos e contribuições	23.352	4.315	-	-
Provisão para desconto de créditos de ICMS (e)	(11.629)	(10.583)	-	-
	505.856	590.705	923	439
Ativo circulante	288.137	306.948	923	439
Ativo não circulante	217.719	283.757	-	-

(a) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") - Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente;

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP");

(c) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos. Os créditos estão concentrados no Maranhão, onde a SPC os realiza através de "Transferência do Crédito Acumulado" (venda de créditos a terceiros), após aprovação da Secretaria da Fazenda. Os créditos também estão sendo realizados na SPC através do consumo em suas operações de bens de consumo (*tissue*) no mercado interno, que já estão em operações no Maranhão;

(d) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"). Trata-se de um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais;

(e) Provisão para desconto sobre venda à terceiros de crédito acumulado mencionado no item "c".

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

10. Adiantamento a fornecedores - consolidado

	Consolidado	
	30/9/2018	31/12/2017
Programa de desenvolvimento florestal ^(a)	225.024	237.466
Adiantamento para compra de produto acabado	-	33.324
Adiantamento a fornecedores ^(b)	89.837	37.264
	314.862	308.054
Ativo circulante	72.673	86.499
Ativo não circulante	242.189	221.555

(a) Adiantamentos de recursos e insumos para exploração de madeira

(b) Adiantamentos à fornecedores para compra de materiais, serviços e madeira em pé de terceiros.

11. Partes relacionadas

11.1 Saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e transações no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)	
Com partes relacionadas					3T18	9M18
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	-	(31)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(116)	(139)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	-	-	(1.748)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de celulose	48.553 (1)	-	6.376	64.007	120.582 (1)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	1	-	-	1.142	3.428 (2)
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	Outras despesas	19	-	-	-	-
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	81	-	-
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	161	-	-
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	500	1.499 (2)
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	206	619 (2)
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	36	-	109	328 (2)
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento de despesas	1	-	-	135	415 (2)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas e mútuo	-	30.286 (6)	-	1	3
Acionistas	Dividendos a pagar	-	-	42.774 (4)	-	-
		48.574	30.322	49.392	65.984	124.956
Com empresas controladas diretas						
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	122	3	3.025	9.048 (3)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Adiantamento para futuro aumento de capital e compartilhamento de despesas	-	600	-	325	975 (2)
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	43	130 (2)
		-	722	3	3.393	10.153

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2 Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e transações no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)	
					3T17	9M17
Com partes relacionadas						
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	-	-	-	5.217	4.056 (1)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(37)	(461)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(61)	(309)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	4	-	45	(925)	(2.822)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de celulose	28.628 (1)	-	6.954	(13.987)	14.960 (1)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.249	3.756 (2)
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	(222)	(666)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	514	1.541 (2)
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	301	903 (2)
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	77	232 (2)
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	156	469 (2)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas e mútuo	-	26.555 (6)	-	17	9
Acionistas	Dividendos a pagar	-	-	108.552 (4)	-	-
		<u>28.632</u>	<u>26.555</u>	<u>115.551</u>	<u>(7.701)</u>	<u>21.668</u>
Com empresas controladas diretas						
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	141	-	3.511	10.319 (3)
Suzano Papel e Celulose S.A.	Dividendos a receber	70.782 (5)	-	-	-	-
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	249	749 (2)
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	41	146 (2)
		<u>70.782</u>	<u>141</u>	<u>-</u>	<u>3.801</u>	<u>11.214</u>

- 1) Operações comerciais de venda de papel e celulose;
- 2) Compartilhamento de despesas com serviços administrativos;
- 3) Avais e fianças sobre garantias prestadas em favor da SPC e compartilhamento de despesas;
- 4) Dividendos creditados pela Companhia aos seus acionistas.
- 5) Dividendos a receber da SPC.
- 6) Mútuo sem incidência de juros.

11.3 Remuneração dos administradores

Para o período findo em 30 de setembro de 2018 e 2017, as despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, além de alguns executivos, reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas no quadro a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado				Controladora			
	3T18	9M18	3T17	9M17	3T18	9M18	3T17	9M17
Benefícios de Curto Prazo								
Salário ou Pró-Labore	18.785	42.305	5.570	21.428	806	4.827	1.136	3.293
Benefícios Direto ou Indireto	791	2.364	1.034	2.367	57	193	76	268
Bônus	4.499	16.510	6.557	18.841	778	2.359	1.405	2.754
	24.075	61.179	13.161	42.636	1.641	7.379	2.617	6.315
Benefícios de Longo Prazo								
Plano de Remuneração baseado em Ações	19.821	78.302	11.562	41.260	6.490	14.772	5.347	7.803
	19.821	78.302	11.562	41.260	6.490	14.772	5.347	7.803
	43.896	139.481	24.723	83.896	8.131	22.151	7.964	14.118

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e “13º salário”), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas (Nota explicativa 24).

12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	391.573	575.248	1.420	-
Base negativa da contribuição social	7.138	29.830	511	-
Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	108.241	112.875	9.245	9.244
Provisões operacionais e para perdas diversas	267.228	207.402	3.677	3.502
Variação cambial - Tributação pelo regime caixa	687.908	82.793	-	-
Perdas com derivativos	877.021	29.943	-	-
Demais diferenças temporárias	157.459	109.503	-	-
Ativo não circulante	2.496.568	1.147.594	14.853	12.746
Agio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	12.386	10.063	-	-
Imobilizado - Ajuste de custo atribuído	1.563.133	1.603.987	-	-
Ativos biológicos - Valor justo	149.878	90.461	-	-
Depreciação acelerada incentivada	1.189.433	1.183.115	-	-
Ganhos com derivativos	-	31.988	-	-
Demais diferenças temporárias	27.120	2.532	-	-
Passivo não circulante	2.941.950	2.922.146	-	-
Total líquido ativo não circulante	20.873	15.408	14.853	12.746
Total líquido passivo não circulante	466.255	1.789.960	-	-

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Exceto os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram alcançadas por ambos impostos.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e de suas controladas está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/9/2018	31/12/2017	30/9/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal a compensar	1.581.673	2.326.695	5.681	11.477
Base negativa da contribuição social a compensar	91.488	353.943	5.681	11.477

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia e suas controladas, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção. A projeção de realização está demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado
Outubro a dezembro de 2018	891.247
Em 2019	1.058.055
Em 2020	176.932
Em 2021	159.036
Em 2022	103.718
Em 2023	15.731
2024 a 2027	91.849
	2.496.568

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.1 Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Consolidado			
	3T18	9M18	3T17	9M17
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(230.154)	(2.059.573)	1.079.243	1.802.509
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	78.253	700.255	(366.943)	(612.853)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Incentivo fiscal - redução SUDENE (a)	63.070	158.135	46.509	104.434
Resultado de equivalência patrimonial	1.356	1.315	(5.304)	4.496
Diferença de tributação - empresas controladas (b)	(10.319)	46.751	25.052	118.380
Créditos fiscais não constituídos sobre o prejuízo fiscal e base negativa corrente	(112)	(392)	-	-
Crédito Reintegra	10.216	36.891	9.628	27.593
Tributação em transações com controladas	(23.007)	(23.007)	2.788	(5.017)
Outros	2.193	(9.636)	10.091	8.606
	121.650	910.312	(278.179)	(354.361)
Imposto de renda				
Corrente	(41.598)	(229.183)	(22.268)	(61.879)
Diferido	151.098	945.969	(170.425)	(171.959)
	109.500	716.786	(192.693)	(233.838)
Contribuição social				
Corrente	(55.676)	(191.061)	(29.054)	(75.993)
Diferido	67.826	384.587	(56.432)	(44.530)
	12.150	193.526	(85.486)	(120.523)
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos	121.650	910.312	(278.179)	(354.361)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	52,86%	44,20%	25,78%	19,66%
	Controladora			
	3T18	9M18	3T17	9M17
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(37.338)	(391.952)	269.887	487.385
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	12.695	133.264	(91.762)	(165.711)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
IR e CSLL resultado de equivalência patrimonial	(12.408)	(131.132)	91.681	165.188
Outros	(11)	(25)	14	(1)
	276	2.107	(67)	(524)
Imposto de renda				
Corrente	-	-	(18)	(18)
Diferido	202	1.549	(28)	(364)
	202	1.549	(46)	(382)
Contribuição social				
Corrente	-	-	(11)	(11)
Diferido	74	558	(10)	(131)
	74	558	(21)	(142)
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos	276	2.107	(67)	(524)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	0,74%	0,54%	0,02%	0,11%

(a) Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no Lucro da Exploração de unidades de Mucuri (BA) e de Imperatriz (MA) da SPC.

(b) Refere-se, substancialmente, a diferença entre a alíquota nominal da Companhia e das suas controladas no Brasil e no exterior.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

13. Ativos biológicos – consolidado

As variações dos saldos dos ativos biológicos nos respectivos períodos estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.072.528
Adições (a)	912.368
Exaustão no exercício	(551.135)
Ganho na atualização do valor justo (b)	192.504
Alienações de florestas	(28.030)
Outras baixas	(49.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.548.897
Adições (a)	986.614
Exaustão no período	(516.948)
Ganho na atualização do valor justo	5.954
Alienações de florestas	(14.817)
Outras baixas	(6.778)
Saldo em 30 de setembro de 2018	5.002.922

(a) Refere-se a formação e a aquisição de florestas, sendo R\$ 629.460 de formação de floresta e R\$ 374.664 de aquisição de floresta na SPC (31 de dezembro de 2017 eram de R\$ 798.578 e R\$ 136.414, respectivamente);

(b) O ganho registrado em 2017 deve-se principalmente ao preço bruto da madeira nas regiões do Maranhão e no Pará, e à manutenção de outras premissas;

Os ativos biológicos da SPC são compostos principalmente de florestas de eucalipto de reflorestamento, utilizadas para fornecer madeira as fábricas de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí e Tocantins. As áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas no cálculo do valor justo devido sua natureza.

O valor justo das florestas de eucalipto é determinado semestralmente pelo método da renda (*"Income Approach"*) utilizando o modelo Fluxo de Caixa Descontado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

14. Investimentos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano Papel e Celulose S.A. (1)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 30 de setembro de 2018				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.234	20.970	-	
Cotas	-	-	136.911	
Capital votante / total (5)	33,61%	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 30 de setembro de 2018				
Ativo	41.565.974	7.162	697	
Passivo	30.918.734	139	1.007	
Patrimônio líquido	10.632.103	7.023	(310)	
Capital social	6.241.753	5.300	164	
Resultado do período	(1.144.210)	(424)	(1.131)	
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.420.378	7.623	1.143	3.429.144
Equivalência patrimonial	606.682	(238)	(459)	605.985
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	12.447	-	-	12.447
Perda na variação de participação (4)	609	-	-	609
Juros sobre capital próprio recebido (2)	(67.273)	-	-	(67.273)
Dividendos propostos a receber (2)	(70.782)	-	-	(70.782)
Complementos dos dividendos de 2016	200	-	-	200
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.902.261	7.385	684	3.910.330
Equivalência patrimonial	(384.321)	(420)	(942)	(385.683)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	59.202	-	-	59.202
Perda na variação de participação (4)	(3.892)	-	-	(3.892)
Complemento dos dividendos de 2017	116	-	-	116
Saldos em 30 de setembro de 2018	3.573.366	6.965	(258)	3.580.073

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária – R\$ 48,08 em 30 de setembro de 2018. Portanto, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 17.674.796;

(2) Dividendos e juros sobre capital próprio classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;

(3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;

(4) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na SPC;

(5) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da SPC de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da SPC, nos termos previsto no Acordo de Voto.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15. Imobilizado – consolidado

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Mais valia (d)	Obras em Andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação	3,47%	5,41%	17,74%	-	-	-	-
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.683.865	15.345.570	301.748	4.368.585	-	390.671	23.090.439
Transferências	141.161	485.182	3.321	3.920	-	(633.560)	24
Transferências entre outros ativos	(b) (4.500)	4.434	(7.035)	-	-	(8.705)	(15.806)
Adições	4.648	106.422	6.594	2.257	-	731.740	851.661
Baixas	(a) (9.468)	(95.277)	(13.525)	(26.162)	-	(4.697)	(149.129)
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	8.286	8.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.815.706	15.846.331	291.103	4.348.600	-	483.735 (c)	23.785.475
Transferências	71.004	224.003	11.481	745.070	-	(1.051.558)	-
Transferências entre outros ativos	(b) 4.500	1.164	988	-	-	(2.078)	4.574
Adições	1.679	99.552	9.303	1.206	-	1.150.216	1.261.956
Aquisição Facepa	18.505	46.165	1.920	7.446	49.814	4.691	128.541
Aquisição PCH	102.376	3.781	26	4.273	-	2	110.458
Baixas	(a) (8.495)	(65.199)	(1.014)	(22.291)	-	-	(96.999)
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	1.498	1.498
Saldos em 30 de setembro de 2018	3.005.275	16.155.797	313.807	5.084.304	49.814	586.506 (c)	25.195.503
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(762.724)	(5.908.943)	(183.045)	-	-	-	(6.854.712)
Transferências	8	270	(301)	-	-	-	(23)
Baixas	(a) 3.177	64.536	13.145	-	-	-	80.858
Depreciação	(70.315)	(701.822)	(27.792)	-	-	-	(799.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(829.854)	(6.545.959)	(197.993)	-	-	-	(7.573.806)
Transferências	7	1.391	(1.398)	-	-	-	-
Baixas	(a) 1.318	59.243	197	-	-	-	60.758
Depreciação	(58.822)	(568.578)	(22.329)	-	-	-	(649.729)
Saldos em 30 de setembro de 2018	(887.351)	(7.053.903)	(221.523)	-	-	-	(8.162.777)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.985.852	9.300.372	93.110	4.348.600	-	483.735 (c)	16.211.669
Saldos em 30 de setembro de 2018	2.117.924	9.101.894	92.284	5.084.304	49.814	586.506 (c)	17.032.726

- a) Além das alienações da SPC, as baixas incluem obsolescência e sucateamento;
- b) Inclui transferências na SPC entre as rubricas de estoque, intangível e ativos não circulantes para venda, sendo R\$ 6.047 referente a carretas e R\$ 67 referente a veículos. (Em 31 de dezembro de 2017, os montantes de carretas eram de R\$ 7.035 e imóveis comerciais eram R\$ 4.500);
- c) O saldo de obras em andamento, substancialmente da SPC, é proveniente de investimentos realizados em linha com a estratégia para maximização do retorno aos acionistas sendo: i) negócios adjacentes R\$ 88.278; ii) competitividade estrutural R\$ 406.801; e iii) outros investimentos R\$ 91.426. (31 de dezembro de 2017, i) negócios adjacentes R\$ 134.299; ii) competitividade estrutural R\$ 264.606; e iii) outros investimentos R\$ 84.830).

Máquinas e equipamentos da SPC incluem os montantes reconhecidos como arrendamento mercantil financeiro descrito na Nota explicativa 19.4.

Em 30 de setembro de 2018, a SPC não identificou nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15.1 Bens dados em garantia

Em 30 de setembro de 2018, os bens dados em garantia nas operações de créditos e nas ações judiciais, totalizavam R\$ 11.449.579 (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 11.571.632).

15.2 Despesas capitalizadas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 foram capitalizados juros na SPC no montante de R\$ 1.498, referente aos recursos utilizados para investimento em negócios adjacentes e em competitividade estrutural (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 8.286 referente aos mesmos investimentos). O valor calculado considera as captações líquidas das aplicações à taxa média de 0,54% ao mês.

16. Intangível – consolidado

16.1 Ágio

	<u>30/9/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vale Florestar	45.435	45.435
Paineiras Logística	10	10
PHC Mucuri (a)	307	-
Facepa ^(a)	112.582	-
	<u>158.334</u>	<u>45.445</u>

^(a) Empresa adquirida pela SPC no primeiro trimestre de 2018.

16.2 Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o valor relativo a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida era de R\$ 1.196.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

16.3 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Marcas e patentes	Softwares	Relacionamento com clientes	Non Compete	Acordo de pesquisa e desenvolvimento	Total
Vida útil em anos	8,4	5	2,5	5	18,8	
Custo de aquisição	1.635	120.718	-	-	196.023	318.376
Amortização acumulada	(920)	(49.533)	-	-	(94.976)	(145.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	715	71.185	-	-	101.047	172.947
Aquisições	-	8.054	-	-	-	8.054
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	1.284	1.284
Amortização	(105)	(21.825)	-	-	(8.339)	(30.268)
Baixas	-	-	-	-	(18.937)	(18.937)
Transferências e outros	-	8.705	-	-	-	8.705
Saldo Contábil	610	66.119	-	-	75.055	141.785
Custo de aquisição	1.635	137.477	-	-	178.370	317.482
Amortização acumulada	(1.025)	(71.358)	-	-	(103.315)	(175.698)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	610	66.119	-	-	75.055	141.784
Aquisições	-	6.350	-	-	-	6.350
Aquisição PCH/Facepa	17	749	-	-	-	766
Ativos identificados Facepa	21.598	-	28.505	3.374	-	53.478
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	15.221	15.221
Amortização	(75)	(17.215)	-	-	(5.627)	(22.917)
Amortização PCH/Facepa	(13)	(499)	-	-	-	(512)
Amortização ativos identificados Facepa	(1.845)	-	(6.651)	(394)	-	(8.890)
Transferências e outros	-	2.077	-	-	-	2.077
Saldo Contábil	20.293	57.581	21.854	2.981	84.649	187.357
Custo de aquisição	23.250	146.652	28.505	3.374	193.591	395.373
Amortização acumulada	(2.958)	(89.072)	(6.651)	(394)	(108.942)	(208.017)
Saldos em 30 de setembro de 2018	20.293	57.580	21.854	2.981	84.649	187.357

17. Créditos a receber com precatórios – consolidado

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, não houve alteração na natureza e opinião da Administração e dos assessores jurídicos sobre as informações divulgadas em 31 de dezembro de 2017.

Em 30 de setembro de 2018 o valor a receber com precatórios era de R\$ 63.108 (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 60.975).

18 Fornecedores – consolidado

	30/9/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	545.908	574.458
fornecedores estrangeiros	101.690	36.018
	647.598	610.476

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos – consolidado

		Indexador	Taxa média anual de juros em 30/9/2018	Vencimentos	30/9/2018	31/12/2017
Controlada direta Suzano Papel e Celulose S.A. - Consolidado						
Imobilizado:						
BNDIS - Finem	(a) (b)	Taxa fixa/TJLP	7,17%	2019 a 2030	349.312	339.798
BNDIS - Finem	(b)	Cesta de moedas/US\$	7,20%	2019 a 2022	174.783	165.125
BNDIS - Finame	(a)	Taxa fixa/TJLP	5,24%	2018 a 2024	3.412	4.708
FNE - BNB	(b)	Taxa fixa	6,39%	2024 a 2026	227.284	244.452
FINEP	(b)	Taxa fixa	4,00%	2020	14.788	20.577
Arrendamento mercantil financeiro		CDI/US\$		2018 a 2022	20.114	19.686
Financiamentos de Importações / ECA	(b) (c)	US\$/Libor	3,62%	2022	951.029	864.761
					1.740.722	1.659.107
Capital de giro:						
Financiamentos de exportações		US\$/Libor	5,90%	2021 a 2022	425.837	844.388
Nota de crédito de exportação	(f)	CDI	6,72%	2018 a 2026	3.978.459	2.907.200
Senior Notes	(d)	US\$/Taxa fixa	6,13%	2021 a 2047	9.599.958	4.730.800
Desconto de duplicatas-Vendor					-	33.363
Empréstimo Sindicalizado	(e)	US\$/Libor	3,41%	2023	3.001.851	1.986.691
Fundo de direitos creditórios	(h)			2018	21.384	24.665
Crédito de Produtor Rural	(g)	CDI	7,42%	2026	274.547	
Outros				2018 a 2025	30.916	5.642
					17.332.952	10.532.749
Controladora						
Investimento:						
BNDISPAR		TJLP	4,50%	2017 a 2018	-	357
					19.073.674	12.192.213
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					1.685.752	2.115.424
Passivo não circulante					17.387.922	10.076.789
Os financiamentos e empréstimos consolidados não circulantes vencem como segue:						
					30/9/2018	31/12/2017
2019					151.783	2.122.767
2020					2.243.714	2.599.279
2021					2.676.457	1.121.216
2022					1.522.068	123.745
2023					378.202	53.160
2024					39.710	34.084
2025 em diante					10.375.988	4.022.538
					17.387.922	10.076.789

- (a) Se a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") exceder 6% ao ano, a porção excedente é incluída dentro do principal e sujeita aos juros.
- (b) Empréstimos e financiamentos são garantidos, dependendo do contrato, por i) hipotecas da fábrica; ii) propriedades rurais; iii) alienação fiduciária do bem que está sendo financiado; iv) garantia dos acionistas; e v) garantia (fiança) bancária.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (c) Com o objetivo de financiar a importação de equipamentos para a produção de celulose na unidade localizada em Maranhão, a SPC obteve financiamento no valor aproximado de US\$ 535 milhões, com prazo de até 9,5 anos, garantidos pelas Agências *Finnvera* e *EKN* (*"Export Credit Agency"*). Esses acordos estabelecem cláusulas relacionadas à manutenção de certos níveis de alavancagem, que são verificados quanto ao cumprimento duas vezes ao ano (junho e dezembro). Até o momento, a SPC cumpriu todos os covenants estabelecidos nos contratos.
- (d) No último trimestre de 2017, a SPC por meio de sua subsidiária Suzano Trading, recomprou Senior Notes no valor de (i) US\$ 456 milhões e, através da Suzano Áustria, reabriu as emissões de Senior Notes no montante de US\$ 200 milhões, com vencimento em 14 de julho de 2026, e juros correspondentes a 4,62% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e (ii) US\$ 200 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, com juros correspondentes a 6,30% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro, em março de 2017, a Suzano Áustria, emitiu Senior Notes no valor de US\$ 300 milhões com vencimento em 16 de Março de 2047, com pagamento de juros semestrais de 7,00% ao ano e retorno final para os investidores de 7,38% ao ano. Adicionalmente, em setembro de 2018, houve uma nova emissão de *Senior Notes*, no valor de US\$ 1.0 bilhão, com juros de 6% ao ano e vencimento em 2029 (Nota explicativa 1.1 a i)).
- (e) Em fevereiro de 2018, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou um empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 750 milhões com pagamento de juros trimestrais e amortização do principal entre fevereiro de 2021 e Fevereiro de 2023. (Nota explicativa 1.1 a vii).
- (f) No terceiro trimestre de 2018, a SPC, contratou duas Notas de Crédito à Exportação, somando R\$ 1.3 bilhão, indexadas ao CDI e com vencimento em 2026.
- (g) No terceiro trimestre de 2018, a SPC, contratou Cédula de Produtor Rural Financeira, com volume de R\$ 275 milhões, indexadas ao CDI e com vencimento em 2026.
- (h) Vide Nota explicativa 7.1.

Alguns contratos de financiamento da SPC possuem cláusulas financeiras e não financeiras. Os *covenants* financeiros estabelecem determinados níveis máximos de alavancagem expressos, normalmente, pela razão Dívida Líquida/EBITDA (*Earnings Before Income, Taxes, Depreciation and Amortization*), que são atingidos pela SPC na data destas informações financeiras intermediárias. Os *covenants* não financeiros, estabelecem o nível máximo de cessão de recebíveis, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais, que também estão em conformidade.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.013.738	959
Captações	2.561.954	-
Variação cambial	81.849	-
Liquidação de principal	(4.534.347)	(611)
Liquidação de juros	(1.025.187)	(70)
Despesas de juros e outros custos	1.042.074	79
Custo de transação e outros custos	52.132	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.192.213	357
Captações	8.571.900	-
Adição proveniente da aquisição de controladas	79.923	-
Variação cambial	1.776.547	-
Liquidação de principal	(3.474.286)	(358)
Liquidação de juros	(528.025)	(13)
Despesa de juros e outros custos	539.520	14
Custo de transação e outros custos	(84.118)	-
Saldos em 30 de setembro de 2018	19.073.674	-

19.2 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Natureza	Custo Total	Amortizações	Consolidado	
			Saldo à amortizar	
			30/9/2018	31/12/2017
Senior Notes	115.911	(68.176)	47.735	27.280
NCE	77.457	(54.534)	22.923	23.076
Importação (ECA)	101.811	(83.290)	18.521	26.386
Empréstimo Sindicalizado	41.560	(26.886)	14.674	6.479
Debêntures	20.295	(675)	19.620	-
Outros	7.728	(4.156)	3.572	2.424
Total	<u>364.762</u>	<u>(237.717)</u>	<u>127.045</u>	<u>85.645</u>

O custo de captação em moeda estrangeira é amortizado nas datas contratuais com base na taxa de juros efetiva e na moeda de origem, e é convertido em Reais para fins de divulgação.

19.3 Garantias de empréstimos e financiamentos

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia dos próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados indicados pela SPC (Nota explicativa 15.1).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.4 Arrendamento mercantil

i) Arrendamento mercantil financeiro

Os valores contabilizados como imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamento) correspondentes a esses ativos, estão demonstrados a seguir:

	30/9/2018	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	108.160	108.160
(-) Depreciação acumulada	(100.852)	(99.452)
Imobilizado líquido	7.308	8.708
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)		
Menos de um ano	5.747	4.632
Mais de um ano e até cinco anos	14.367	15.054
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	20.114	19.686
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	3.333	2.770
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	23.447	22.456

ii) Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos do arrendamento operacional são reconhecidos como despesas operacionais na demonstração do resultado da SPC.

Descrição	Valor da parcela mensal	Indexador	Vencimento
Escritórios administrativos e depósitos	1 à 1.163	IGP-M ^(a) e IPCA ^(b) /IBGE ^(c)	11/2018 a 1/2024
Central telefônica e licenças	1 à 120	IGP-DI ^(d)	12/2018
Terras	182 à 2.047	IGP-M, IPCA/IBGE e outros	10/2018 a 10/2045

(a) Índice Geral de Preços de Mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

(b) Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

(c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(d) Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Os pagamentos mínimos de vencimento operacional foram os seguintes:

	30/9/2018
Até um ano	180.610
Mais de um ano e até três anos	335.654
Mais de três anos e até cinco anos	295.787
Mais de 5 anos	639.871
Total das parcelas vincendas	1.451.922

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20 Demais compromissos

A SPC no curso normal de suas operações celebra contratos e compromissos comerciais a fim de garantir melhores condições operacionais, visando expandir seus negócios. Os mais relevantes são:

- i) Contratos de venda futura de produtos acabados, respaldados por operações de venda de *performance*, registrados no curto prazo. Os valores são reconhecidos inicialmente na rubrica de “adiantamento de clientes” e são registrados no resultado conforme a entrega destes produtos. Em 30 de setembro de 2018 os contratos de venda futura de produtos acabados registrados na rubrica de adiantamento de clientes, não possuem saldo em aberto (31 de dezembro de 2017 o montante era de R\$ 63.201).

21. Debêntures - consolidado

Debêntures da 6ª emissão

A SPC realizou a 6ª emissão de debêntures em 29 de junho de 2018, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da SPC (Nota Explicativa 1.1 a) iv)).

Consolidado			30/9/2018			Indexador	de juros	Resgate
Emissão	Série	Quantidade	Circulante	Não circulante	Total			
6ª	única	4.681.100	83.580	4.661.480	4.745.060	CDI	112,50%	29/06/2026

22. Provisão para contingências

22.1 Movimentação das provisões para contingências

	Saldo em 31/12/2017	Adições por combinação de negócios	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 30/9/2018
SPC consolidado							
Tributárias e previdenciárias	273.324	-	49.373	(13.606)	3.592	(13.939)	298.744
Trabalhistas	40.363	1.900	22.067	(4.784)	7.367	(17.802)	49.111
Cíveis	3.382	-	97	(2)	338	-	3.815
	317.069	1.900	71.537	(18.392)	11.297	(31.741)	351.670
Controladora							
Suzano Holding S.A.							
Tributárias	33.606	-	-	-	-	-	33.606
Consolidado	350.675	1.900	71.537	(18.392)	11.297	(31.741)	385.276

Os principais processos da SPC e suas controladas são comentados a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22.2 Processos tributários e previdenciários

Em 30 de setembro de 2018, a SPC figurava no polo passivo em 323 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como IRPJ/CSLL, PIS, COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre a propriedade Territorial Rural ("ITR"), ICMS, Imposto Sobre Serviço ("ISS") e Imposto Predial e Territorial Urbano ("IPTU"), cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da SPC e pela Administração.

Com a edição da Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente, convertida na Lei nº 13.496/2017, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, em razão dos benefícios de redução de juros, multas e encargos legais, a SPC optou por migrar alguns débitos que estavam abrangidos pelo REFIS – Lei nº 11.941/09, ainda não consolidados, e incluir outros débitos com probabilidade de perda provável no referido Programa de Parcelamento, estando provisionados em 30 de setembro de 2018 os valores dos referidos débitos no montante de R\$ 4.398, já descontando neste montante as reduções legais e os valores pagos antecipadamente à Receita Federal do Brasil, cuja consolidação ainda depende de ato normativo a ser expedido pelo referido Órgão Público.

22.3 Processos trabalhistas

Em 30 de setembro de 2018, a SPC figurava no polo passivo em 3.559 processos de natureza trabalhista.

Em geral, os processos trabalhistas da SPC estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a SPC.

22.4 Processos cíveis

Em 30 de setembro de 2018, a SPC figurava no polo passivo em 464 processos cíveis.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, ambientais, dentre outras.

22.5 Depósitos judiciais

Em 30 de setembro de 2018, a SPC tinha R\$ 129.034 de depósitos judiciais, sendo R\$ 81.343 referente a processos trabalhistas, R\$ 43.716 referente a processos tributários e previdenciários e R\$ 3.975 referente a processos cíveis. (31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 113.613, sendo R\$ 69.599 referente a processos trabalhistas e R\$ 44.014 referente a processos tributários e previdenciários).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22.6 Processos possíveis

A SPC tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível:

	Consolidado	
	30/9/2018	31/12/2017
Tributários e previdenciários	1.051.311	1.026.950
Trabalhistas	47.618	14.268
Cíveis	107.096	23.666
	<u>1.206.025</u>	<u>1.064.884</u>

A SPC é ré em processos de natureza tributária e previdenciária cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total de R\$ 1.051.311, para os quais não há provisão. Desse montante, R\$ 841.991 refere-se a um auto de infração fiscal de PIS e COFINS, do período de 2007 a 2013, que ainda não foi analisado e julgado no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Contribuição Previdenciária, IRPJ, ITR, ICMS, Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), PIS e COFINS, principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

Os processos judiciais envolvendo a Companhia são descritos a seguir:

22.7 Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo de um processo judicial, de natureza tributária, no qual é discutida a não-incidência de PIS/COFINS sobre valores recebidos a título de juros sobre capital próprio, o qual encontra-se provisionado no montante de R\$ 33.606, devido a probabilidade de perda ser considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha R\$ 33.606 de depósito judicial relacionado a este processo.

23. Passivos atuariais – consolidado

23.1 Planos de benefícios definidos

A SPC garante cobertura de custos com assistência médica para ex-funcionários que se aposentaram até 2003 (até 1998 para ex-funcionários da Ripasa, atual unidade de Limeira), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da SPC, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a SPC assegura o programa de assistência médica.

A SPC oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

23.2 Movimentação do passivo atuarial

Saldo final em 31 de dezembro de 2016	339.009
Juros sobre obrigação atuarial	38.022
Perda atuarial	(4.173)
Benefícios pagos no exercício	<u>(21.595)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	351.263
Juros sobre obrigação atuarial	25.851
Benefícios pagos no exercício	<u>(19.469)</u>
Saldo final em 30 de setembro de 2018	<u>357.645</u>

24. Plano de remuneração baseado em ações

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia e a SPC têm planos de remuneração de longo prazo baseados em ações: i) Plano de ações fantasmas (*Phantom Shares* ("PS")) e ii) Plano de apreciação do valor das ações (*Share Appreciation Rights* ("SAR")), ambos pagos em moeda corrente.

Estes Planos não sofreram alterações em suas características e nos critérios de mensuração desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

24.1 Plano de ações e opções fantasmas

	Companhia	
	30/09/2018	31/12/2017
	<u>Ações (Nº)</u>	<u>Ações (Nº)</u>
Disponíveis no início do período	222.763	223.941
Outorgadas durante o período	-	91.480
Exercidas por demissão (a)	(55.312)	(92.658)
Disponíveis no final do período	<u>167.451</u>	<u>222.763</u>

- a) Para as opções exercidas e exercidas em função da rescisão do contrato de trabalho, o preço médio em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 19,84.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	SPC	
	30/09/2018	31/12/2017
	Ações (Nº)	Ações (Nº)
Disponíveis no início do período	5.055.519	3.048.991
Outorgadas durante o período	1.415.476	3.035.488
Exercidas ^(a)	(240.983)	(695.532)
Exercidas por demissão ^(a)	(122.746)	(161.270)
Abandonadas / prescritas por demissão	(515.660)	(172.158)
Disponíveis no final do período	5.591.606	5.055.519

a) Para as opções exercidas e exercidas em função da rescisão do contrato de trabalho, o preço médio em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, foram de R\$ 47,93 e R\$ 19,84, respectivamente.

24.2 Plano de opções de compra de ações ordinárias

Controladora e Consolidado

					Preço	Quantidade de ações				
Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Na data de outorga	Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor em 30/9/2018
Programa 3	Série I	18/01/2013	18/01/2015	18/04/2015	3,53	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série II	18/01/2013	18/01/2016	18/04/2016	3,71	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série III	18/01/2013	18/01/2018	18/04/2018	3,91	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série IV	18/01/2013	18/01/2019	18/04/2019	3,96	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série V	18/01/2013	18/01/2020	18/04/2020	3,99	1.800.000	1.800.000	-	-	-
Total						9.000.000	9.000.000	-	-	-

24.3 Saldos patrimoniais e de resultado

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras estão apresentados abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado			
	30/9/2018	31/12/2017	3T18	9M18	3T17	9M17
Passivo não circulante						
Provisão com plano de ações fantasma	153.531	40.672	(42.919)	(123.446)	(20.860)	(39.659)
Patrimônio líquido						
Reserva de opções de compra de ações	-	14.237	-	(72)	(362)	(1.162)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(42.919)	(123.518)	(21.222)	(40.821)
	Controladora					
	Passivo		Resultado			
	30/9/2018	31/12/2017	3T18	9M18	3T17	9M17
Passivo não circulante						
Provisão com plano de ações fantasma	6.810	2.352	(1.796)	(5.738)	(747)	(1.590)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(1.796)	(5.738)	(747)	(1.590)

25. Contas a pagar de aquisição de ativos – consolidado

	Consolidado	
	30/9/2018	31/12/2017
Aquisição de terras e florestas		
Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") ^(a)	101.335	102.059
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ^(b)	478.419	483.927
Duratex ^(c)	527.819	-
Aquisição de controladas		
Fábrica de Papel da Amazônia ("FACEPA") ^(d)	40.557	-
	1.148.130	585.986
Total do passivo circulante	616.514	83.155
Total do passivo não circulante	531.616	502.831

- (a) Refere-se a contas a pagar pela SPC, relacionadas com a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas construídas no Maranhão, atualizado pelo IPCA.
- (b) Em agosto de 2014, a SPC adquiriu o acionista marjoriário VFFIP da Vale Florestar S.A., pelo montante de R\$ 528.941, mediante sinal de R\$ 44.998 e saldo devedor com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações mensais estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do dólar norte americano e parcialmente reajustadas pela variação do IPCA.
- (c) Refere-se a contas a pagar da SPC relacionadas com a aquisição de imóveis rurais e florestas (ativo biológico), atualizado pelo IPCA com vencimento em dezembro de 2018 e agosto de 2019.
- (d) Investida adquirida pela SPC em março de 2018, pelo montante de R\$ 307.876, mediante pagamento de R\$ 267.876 e o saldo remanescente de R\$ 40.000, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

("IPCA"), ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, de acordo com o contrato, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028. (Nota explicativa 1.1 b) iii)).

26. Patrimônio líquido

26.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2018 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

26.2 Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurou lucro líquido e registrou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 108.552, que foram propostos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/04/2018, sendo a primeira parcela de R\$ 65.778 paga em 10 de maio de 2018 e o saldo de R\$ 42.774 a ser pago até o final de 2018.

26.3 Reservas

i. Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Adicionalmente, a Companhia mantém também a Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa, que se refere às subvenções governamentais concedidas à SPC, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada.

ii. Reserva de capital

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, anterior a lei 11.638/07, e ganhos de variação de participação em controlada.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

26.4 Ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

i. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na SPC. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da SPC.

26.5 Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

3T18			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(15.220)	(15.300)	(37.062)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Prejuízo básico por ação	(0,20284)	(0,22312)	(0,22312)

9M18			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(160.093)	(160.938)	(389.845)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Prejuízo básico por ação	(2,13360)	(2,34696)	(2,34696)

3T17			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	110.804	111.389	269.820
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Lucro básico por ação	1,47671	1,62438	1,62438

9M17			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	199.934	200.989	486.861
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Lucro básico por ação	2,66457	2,93102	2,93102

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da SPC, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

3T18			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(15.220)	(15.300)	(37.062)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Prejuízo diluído por ação	(0,20284)	(0,22312)	

9M18			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(160.093)	(160.938)	(389.845)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Prejuízo diluído por ação	(2,13360)	(2,34696)	

3T17			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	110.674	111.258	269.504
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Lucro diluído por ação	1,47498	1,62248	

9M17			
Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	199.700	200.753	486.291
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	172.927
Lucro diluído por ação	2,66146	2,92759	

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado			
	3T18	9M18	3T17	9M17
Rendimento de aplicações financeiras	133.620	208.560	68.229	240.580
Outras receitas financeiras	636	8.400	(670)	11.079
Total das receitas financeiras	134.256	216.960	67.559	251.659
Despesas de juros com empréstimos	(297.429)	(661.153)	(284.250)	(762.419)
Outras despesas de juros	(26.041)	(80.381)	(15.097)	(56.351)
Outras despesas financeiras	(151.533)	(292.501)	(15.447)	(56.040)
Total das despesas financeiras	(475.003)	(1.034.035)	(314.794)	(874.810)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(234.205)	(1.743.817)	358.854	239.487
Variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	(20.052)	322.103	(18.012)	(76.550)
Variação monetária e cambial, líquida	(254.257)	(1.421.714)	340.842	162.937
Ganhos em operações com derivativos	121.536	321.017	177.996	328.600
Perdas em operações com derivativos	(1.488.611)	(4.169.556)	(260)	(147.195)
Resultado de operações com derivativos	(1.367.075)	(3.848.539)	177.736	181.405
Receitas financeiras	134.256	216.960	408.232	596.001
Despesas financeiras	(2.096.335)	(6.304.288)	(136.889)	(874.810)
Resultado financeiro líquido	(1.962.079)	(6.087.328)	271.343	(278.809)

	Controladora			
	3T18	9M18	3T17	9M17
Rendimento de aplicações financeiras	466	1.405	1.035	2.593
Receitas financeiras com avais e fianças concedidas	378	1.166	449	1.464
Outras receitas financeiras	3	4	51	186
Total das receitas financeiras	847	2.575	1.535	4.243
Despesas de juros com empréstimos	(4)	(13)	(17)	(65)
Outras despesas financeiras	1	(15)	(1)	(191)
Total das despesas financeiras	(3)	(28)	(18)	(256)
Receitas financeiras	847	2.575	1.535	4.243
Despesas financeiras	(3)	(28)	(18)	(256)
Resultado financeiro líquido	844	2.547	1.517	3.987

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

28. Receita líquida – consolidado

	3T18	9M18	3T17	9M17
Receita bruta de vendas	4.390.017	11.201.542	2.889.614	8.221.998
Deduções				
Ajuste a valor presente	(1.478)	(3.421)	(2.601)	(6.319)
Devoluções e cancelamentos	(1.523)	(49.381)	(10.137)	(36.740)
Descontos e abatimentos	(4.706)	(7.867)	(1.292)	(5.929)
	4.382.310	11.140.873	2.875.584	8.173.010
Impostos sobre as vendas	(376.702)	(932.816)	(280.831)	(794.409)
Receita líquida	4.005.608	10.208.057	2.594.753	7.378.601

A tabela abaixo mostra a composição da receita líquida consolidada pelos mercados externo e interno, especificando os países onde as vendas no mercado de exportação são mais significativas:

	3T18		9M18	
	Receita Líquida	% Total Receita Líquida	Receita Líquida	% Total Receita Líquida
Mercado interno	1.149.080	29%	2.847.288	28%
Mercado externo	2.856.528	71%	7.360.769	72%
China	746.283	19%	1.717.085	17%
Hong Kong	419.414	10%	1.153.866	11%
Estados Unidos	363.872	9%	986.623	10%
França	224.927	6%	678.328	7%
Alemanha	185.722	5%	441.592	4%
Itália	142.281	4%	359.899	4%
Turquia	133.296	3%	309.697	3%
Reino Unido	59.189	1%	188.283	2%
Peru	59.212	1%	137.576	1%
Espanha	47.845	1%	133.618	1%
Coréia do Sul	47.108	1%	128.222	1%
Argentina	40.308	1%	122.253	1%
Egito	42.429	1%	107.067	1%
Demais Países	344.642	9%	896.660	9%
Total Receita Líquida	4.005.608	100%	10.208.057	100%

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	3T17		9M17	
	Receita Líquida	% Total Receita Líquida	Receita Líquida	% Total Receita Líquida
Mercado interno	823.483	32%	2.256.372	31%
Mercado externo	1.771.270	68%	5.122.229	69%
China	85.534	3%	223.934	3%
Hong Kong	215.623	8%	1.084.795	15%
Estados Unidos	544.514	21%	965.683	13%
França	204.109	8%	805.839	11%
Alemanha	1.675	0%	202.665	3%
Itália	83.556	3%	236.206	3%
Turquia	33.094	1%	134.564	2%
Peru	146.531	6%	162.757	2%
Reino Unido	48.791	2%	130.028	2%
Espanha	188.161	7%	335.334	5%
Coréia do Sul	17.680	1%	58.901	1%
Argentina	11.351	0%	82.867	1%
Egito	28.633	1%	43.775	1%
Demais Países	162.018	6%	654.881	9%
Total Receita Líquida	2.594.753	100%	7.378.601	100%

29. Informações por segmento e áreas geográficas – consolidado

29.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas em “Não Segmentadas” estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel, celulose e imobiliário, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno.
- ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

29.2 Informações dos segmentos operacionais

	3T18				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	2.688.871	1.316.653	84	-	4.005.608
Mercado interno	193.415	955.582	84	-	1.149.081
Mercado externo	2.495.456	361.071	-	-	2.856.527
Ásia	1.259.337	36.115	-	-	1.295.452
Europa	857.490	48.468	-	-	905.958
América do Norte	362.041	60.219	-	-	422.260
América do Sul e Central	16.588	208.356	-	-	224.944
África	-	7.913	-	-	7.913
Custo dos produtos vendidos	(1.155.469)	(807.608)	(561)	-	(1.963.638)
Lucro bruto	1.533.402	509.045	(477)	-	2.041.970
Margem Bruta (%)	57,0%	38,7%	-567,9%	-	51,0%
Despesas (receitas) operacionais	(73.902)	(234.537)	82	(1.688)	(310.045)
Despesas com vendas	(55.167)	(105.821)	-	-	(160.988)
Despesas gerais e administrativas	(64.915)	(133.661)	74	(1.747)	(200.249)
Outras receitas (despesas) operacionais	46.180	957	8	59	47.204
Equivalência patrimonial	-	3.988	-	-	3.988
Resultado Operacional (EBIT)	1.459.500	274.508	(395)	(1.688)	1.731.925
Margem operacional (%)	54,3%	20,8%	-470,2%	-	43,2%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(1.962.079)	(1.962.079)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.459.500	274.508	(395)	(1.963.767)	(230.154)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	121.650	121.650
Prejuízo do período	1.459.500	274.508	(395)	(1.842.117)	(108.504)
Margem do lucro do período (%)	54,3%	20,8%	-470,2%	-	-2,7%
Prejuízo dos acionistas controladores	-	-	-	-	(37.062)
Prejuízo dos acionistas não controladores	-	-	-	-	(71.442)
Depreciação, exaustão e amortização	292.842	133.677	3	(11.099)	415.423
Venda de produtos (em toneladas)	902.738	336.025	-	-	1.238.763
Mercado externo	828.442	90.015	-	-	918.457
Mercado interno	74.296	246.010	-	-	320.306

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	9M18				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.920.377	3.287.801	(121)	-	10.208.057
Mercado interno	524.069	2.323.340	(121)	-	2.847.288
Mercado externo	6.396.308	964.461	-	-	7.360.769
Ásia	3.108.361	80.173	-	-	3.188.534
Europa	2.259.516	162.527	-	-	2.422.043
América do Norte	993.779	136.982	-	-	1.130.761
América do Sul e Central	34.652	556.744	-	-	591.396
África	-	28.035	-	-	28.035
Custo dos produtos vendidos	(3.099.613)	(2.127.964)	(1.611)	-	(5.229.188)
Lucro bruto	<u>3.820.764</u>	<u>1.159.837</u>	<u>(1.732)</u>	<u>-</u>	<u>4.978.869</u>
Margem Bruta (%)	55,2%	35,3%	1431,4%	-	48,8%
Despesas (receitas) operacionais	(305.888)	(636.494)	61	(8.793)	(951.114)
Despesas com vendas	(158.253)	(274.997)	-	-	(433.250)
Despesas gerais e administrativas	(183.105)	(366.491)	80	(8.973)	(558.489)
Outras receitas (despesas) operacionais	35.470	1.127	(19)	180	36.758
Equivalência patrimonial	-	3.867	-	-	3.867
Resultado Operacional (EBIT)	<u>3.514.876</u>	<u>523.343</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(8.793)</u>	<u>4.027.755</u>
Margem operacional (%)	50,8%	15,9%	1381,0%	-	39,5%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(6.087.328)	(6.087.328)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	3.514.876	523.343	(1.671)	(6.096.121)	(2.059.573)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	910.312	910.312
Prejuízo do período	<u>3.514.876</u>	<u>523.343</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(5.185.809)</u>	<u>(1.149.261)</u>
Margem do prejuízo do período (%)	50,8%	15,9%	1381,0%	-	-11,3%
Prejuízo dos acionistas controladores	-	-	-	-	(389.845)
Prejuízo dos acionistas não controladores	-	-	-	-	(759.416)
Depreciação, exaustão e amortização	830.178	345.094	7	51	1.175.330
Total do ativo (a)	19.925.228	7.400.851	3.171	14.359.025	41.688.275
Total do passivo (a)	647.878	679.933	-	29.680.877	31.008.688
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (a)	-	-	-	3.605.707	3.605.707
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores (a)	-	-	-	7.073.880	7.073.880
Total do patrimônio líquido (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.679.587</u>	<u>10.679.587</u>
Venda de produtos (em toneladas)	2.580.525	903.676	-	-	3.484.201
Mercado externo	2.359.528	272.584	-	-	2.632.112
Mercado interno	220.997	631.092	-	-	852.089

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	3T17				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	1.639.736	954.956	61	-	2.594.753
Mercado interno	158.715	664.707	61	-	823.483
Mercado externo	1.481.021	290.249	-	-	1.771.270
Ásia	534.434	4.907	-	-	539.341
Europa	676.880	35.920	-	-	712.800
América do Norte	243.112	92.038	-	-	335.150
América do Sul e Central	22.237	137.349	-	-	159.586
África	4.358	20.035	-	-	24.393
Custo dos produtos vendidos	(915.590)	(635.364)	(484)	-	(1.551.438)
Lucro bruto	724.146	319.592	(423)	-	1.043.315
Margem Bruta (%)	44,2%	33,5%	-693,4%	-	40,2%
Despesas (receitas) operacionais	(89.972)	(175.816)	(71)	30.444	(235.415)
Despesas com vendas	(41.173)	(66.326)	-	-	(107.499)
Despesas gerais e administrativas	(43.332)	(80.475)	(71)	(973)	(124.851)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.467)	(29.007)	-	31.417	(3.057)
Equivalência patrimonial	-	(8)	-	-	(8)
Resultado Operacional (EBIT)	634.174	143.776	(494)	30.444	807.900
Margem operacional (%)	38,7%	15,1%	-809,8%	-	31,1%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	271.343	271.343
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	634.174	143.776	(494)	301.787	1.079.243
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(278.179)	(278.179)
Lucro do período	634.174	143.776	(494)	23.608	801.064
Margem do lucro do período (%)	38,7%	15,1%	-809,8%	-	30,9%
Lucro dos acionistas controladores	-	-	-	-	269.820
Lucro dos acionistas não controladores	-	-	-	-	531.244
Depreciação, exaustão e amortização	249.166	99.661	-	17	348.844
Venda de produtos (em toneladas)	829.942	309.518	-	-	1.139.460
Mercado externo	742.937	101.633	-	-	844.570
Mercado interno	87.005	207.885	-	-	294.890

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	9M17				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	4.792.325	2.586.144	132	-	7.378.601
Mercado interno	448.326	1.807.918	132	-	2.256.376
Mercado externo	4.343.999	778.226	-	-	5.122.225
Ásia	2.048.950	22.976	-	-	2.071.926
Europa	1.569.248	96.097	-	-	1.665.345
América do Norte	662.715	225.196	-	-	887.911
América do Sul e Central	58.728	397.117	-	-	455.845
África	4.358	36.840	-	-	41.198
Custo dos produtos vendidos	(2.809.947)	(1.820.914)	(1.490)	-	(4.632.351)
Lucro bruto	1.982.378	765.230	(1.358)	-	2.746.250
Margem Bruta (%)	41,4%	29,6%	-1028,8%	-	37,2%
Despesas (receitas) operacionais	(262.309)	(447.502)	(326)	45.205	(664.932)
Despesas com vendas	(116.305)	(186.236)	-	-	(302.541)
Despesas gerais e administrativas	(124.633)	(231.462)	(326)	(3.581)	(360.002)
Outras receitas (despesas) operacionais	(21.371)	(34.618)	-	48.786	(7.203)
Equivalência patrimonial	-	4.814	-	-	4.814
Resultado Operacional (EBIT)	1.720.069	317.728	(1.684)	45.205	2.081.318
Margem operacional (%)	35,9%	12,3%	-1275,8%	-	28,2%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(278.809)	(278.809)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.720.069	317.728	(1.684)	(233.604)	1.802.509
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(354.361)	(354.361)
Lucro líquido do período	1.720.069	317.728	(1.684)	(587.965)	1.448.148
Margem do lucro do período (%)	35,9%	12,3%	-1275,8%	-	19,6%
Lucro dos acionistas controladores	-	-	-	-	486.861
Lucro dos acionistas não controladores	-	-	-	-	961.287
Depreciação, exaustão e amortização	752.974	294.198	5	48	1.047.225
Total do ativo (a)	18.550.278	6.261.363	3.546	4.750.811	29.565.998
Total do passivo (a)	732.191	619.496	411	16.559.811	17.911.909
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (a)	-	-	-	3.954.858	3.954.858
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores (a)	-	-	-	7.699.231	7.699.231
Total do patrimônio líquido (a)	-	-	-	11.654.089	11.654.089
Venda de produtos (em toneladas)	2.661.861	846.112	-	-	3.507.973
Mercado externo	2.377.601	277.727	-	-	2.655.328
Mercado interno	284.260	568.385	-	-	852.645

(a) A avaliação da SPC com base em segmentos operacionais é feita somente para os ativos e passivos que compõem a mensuração do *Return on Invested Capital* ("ROIC"), uma vez que este é utilizado no processo de tomada de decisão.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

29.3 Vendas líquidas por produto

A tabela abaixo mostra a abertura das vendas líquidas consolidadas por produto da SPC.

Produtos	Consolidado			
	3T18	3T17	9M18	9M17
Celulose de mercado ^(a)	2.688.871	1.639.736	6.920.378	4.792.325
Papel para impressão e escrita ^(b)	1.090.073	749.329	2.689.562	2.026.585
Papel cartão	209.690	168.750	546.991	478.126
Outros	16.890	36.877	51.247	81.434
Total das vendas líquidas	4.005.524	2.594.692	10.208.178	7.378.470

^(a) A receita da celulose *fluff* não é material (cerca de 1% do total de vendas líquidas) e, portanto, foi incluída nas vendas de celulose de mercado.

^(b) O *tissue* é um produto recentemente lançado e suas receitas representaram menos de 3,5% do total de vendas líquidas, assim, foi incluído em papel de impressão e escrita.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30. Despesas por natureza

	Consolidado			
	3T18	9M18	3T17	9M17
Custo do Produto Vendido				
Gastos com pessoal	(172.397)	(471.639)	(137.433)	(403.340)
Custo variável	(916.628)	(2.406.689)	(754.159)	(2.133.133)
Custos logísticos	(289.406)	(777.669)	(233.274)	(696.274)
Depreciação, exaustão e amortização	(405.804)	(1.146.747)	(340.220)	(1.021.173)
Demais custos	(179.403)	(426.444)	(86.352)	(378.432)
	<u>(1.963.638)</u>	<u>(5.229.188)</u>	<u>(1.551.438)</u>	<u>(4.632.352)</u>
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(39.981)	(102.933)	(25.274)	(77.275)
Serviços	(24.053)	(62.275)	(11.991)	(29.865)
Despesas com logística	(85.283)	(216.334)	(55.453)	(152.204)
Depreciação e amortização	(1.159)	(3.302)	(882)	(2.763)
Outras despesas (a)	(10.512)	(48.406)	(13.899)	(40.434)
	<u>(160.988)</u>	<u>(433.250)</u>	<u>(107.499)</u>	<u>(302.541)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(117.164)	(347.639)	(74.128)	(210.609)
Serviços	(45.112)	(117.842)	(23.476)	(70.980)
Depreciação e amortização	(8.460)	(25.281)	(7.744)	(23.289)
Outras despesas (b)	(29.513)	(67.727)	(19.503)	(55.124)
	<u>(200.249)</u>	<u>(558.489)</u>	<u>(124.851)</u>	<u>(360.002)</u>
Outras (despesas) receitas operacionais				
Resultado na venda de outros produtos	1.223	3.090	1.597	7.669
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	3.144	(1.935)	35.641	39.769
Provisão para perda e baixa de imobilizado e biológicos (c)	(3.203)	(15.502)	(27.723)	(31.646)
Acordo de conflito de terras	-	-	-	(11.779)
Amortização do ativo intangível	(2.055)	(5.611)	(2.057)	(6.191)
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	-	5.954	-	(25.268)
Provisão para perdas na realização de ativos	-	-	(24.305)	(24.305)
Acordos judiciais e indenizações contratuais	51.846	51.846	10.671	30.902
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.751)	(1.084)	3.119	13.647
	<u>47.204</u>	<u>36.758</u>	<u>(3.057)</u>	<u>(7.202)</u>
	<u>(2.277.671)</u>	<u>(6.184.169)</u>	<u>(1.786.845)</u>	<u>(5.302.097)</u>
	Controladora			
	3T18	9M18	3T17	9M17
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	(1.272)	(7.014)	(972)	(1.900)
Serviços	(179)	(896)	(180)	(395)
Depreciação e amortização	(18)	(51)	(17)	(48)
Outras despesas	(278)	(1.035)	(178)	(400)
	<u>(1.747)</u>	<u>(8.996)</u>	<u>(1.347)</u>	<u>(2.743)</u>
Outras (despesas) receitas operacionais				
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	60	180	67	294
	<u>(1.687)</u>	<u>(8.816)</u>	<u>(1.280)</u>	<u>(2.449)</u>

(a) Inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa, seguros, materiais (uso e consumo), despesas com viagens, hospedagem, participação em feiras e eventos.

(b) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais (uso e consumo), projetos sociais e doações, despesas com viagem e hospedagem.

(c) Em 30 de setembro de 2018 o montante refere-se a R\$ 12.294 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$ 3.208 com ativos imobilizados da SPC (30 de setembro de 2017, o montante se referia a R\$ 27.935 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$ 3.711 com ativos imobilizados).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

31. Informações complementares dos fluxos de caixa de transações não caixa - consolidado

	<u>30/9/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Tributos a recuperar	(180.638)	(202.557)
Impostos a pagar	188.638	-
Variação cambial sobre investidas	176.150	3.338
Adições no imobilizado	(363.601)	-
Adições nos ativos biológicos	(146.391)	-
Contas a pagar de aquisição de ativos	509.993	-

32. Avais e fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto às partes relacionadas eram as seguintes:

	<u>30/9/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Suzano Papel e Celulose S.A.(1)		
FNE - BNB	<u>154.670</u>	<u>173.500</u>

1) Prestados como garantia de empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 31 de outubro de 2024.

No período findo em 30 de setembro de 2018 a Companhia reconheceu como receita financeira o montante de R\$ 1.166 (30 de setembro de 2017 o montante era de R\$ 1.464) referente à concessão das referidas garantias.

33. Eventos subsequentes

SPC

i) Aprovação da transação com a Fibria pelo CADE

Em 11 de outubro de 2018, foi publicada no site eletrônico do CADE, decisão aprovando sem restrições o ato de concentração envolvendo a operação entre SPC e Fibria.

Em 1 de novembro de 2018, foi publicado no sítio eletrônico do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE ("CADE"), a certidão de trânsito em julgado da decisão da Superintendência Geral do CADE, aprovando sem restrições a reorganização societária entre a SPC e a Fibria Celulose S.A., que resultará na combinação de ativos e bases acionárias das Companhias ("Operação"). Dessa maneira, a decisão da Superintendência Geral aprovando a Operação sem restrições se tornou final e irrecorrível no âmbito do CADE.

A consumação da operação ainda está sujeita a condições usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação pela autoridade da concorrência na União Européia.

ii) Redução integral do compromisso financeiro

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 25 de outubro de 2018, a SPC comunicou que aprovou, em conexão com a transação que visa combinar as operações e bases acionárias da SPC e da Fibria (Nota explicativa 1.1 b) i)) mediante a realização de reorganização societária nos termos divulgados, a redução integral do compromisso financeiro firme existente com certas instituições financeiras internacionais para o financiamento da parcela em dinheiro da transação.

A redução mencionada acima é referente à uma linha de crédito, permanecendo ainda em aberto outra linha no valor de US\$ 2.3 bilhões.

iii) Emissão adicional de títulos de dívida

Em, 06 de novembro de 2018 foi reaberta a emissão de "7.000% Senior Notes due 2047", e realizada a emissão adicional de títulos de dívida pela controlada da SPC, Suzano Austria GmbH, no âmbito da "7.000% Senior Notes due 2047", no volume de US\$ 500.000.000,00 com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 6,850% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de março e setembro, e com vencimento em 16 de março de 2047 ("Notes"). As Notes constituirão obrigações sênior e contarão com garantia integral da SPC.